

IDEOLOGIA DE GÊNERO E *FAKE NEWS* NO SITE ESCOLA SEM PARTIDO⁶⁹

ELIONAY RODRIGUES MARQUES

JANINE GOMES DA SILVA

O trabalho docente nas escolas públicas e privadas no Brasil vem sofrendo uma desqualificação e sucateamento. Grandes jornadas de trabalho, por vezes em escolas diferentes, com remuneração insuficiente, falta de apoio e incentivo a formação continuada, salas superlotadas e problemas de indisciplina de alunos e alunas são alguns dos problemas enfrentados. Entretanto, devido à onda conservadora, que cresce a passos largos no Brasil, outro problema sério tem ganhado destaque: ataques aos profissionais da educação por pessoas de outras áreas, influenciadas por informações falsas, descontextualizadas e criminosas.

Vários temas trabalhados em sala de aula com respaldo nos documentos oficiais da educação viraram alvos de ataques. Dentre os temas pode-se destacar desigualdades sociais, racismo, gênero, entre outros. Ao trabalhar com algum desses temas, alguns estudantes e pais se revoltam e acusam professores e professoras de “doutrinação ideológica”. Esses ataques não são realizados de forma isolada, mas articulados e inflamados por figuras públicas da extrema direita, principalmente pela internet.

Para desqualificar o trabalho docente e atrapalhar o desenvolvimento de estudos que visam debates críticos sobre a sociedade, as informações falsas, categorizadas como *fake news*, devido a sua estrutura, são peças-chave na generalização da confusão. Divulgadas pelas redes sociais, essas *fake news* circulam em velocidade recorde e chegam sempre aos grupos que deveriam chegar através de algoritmos. Estas publicações, propositalmente de informações falsas, não são novidades na era da internet, mas vem sendo cada vez mais usadas como estratégia política.

Os algoritmos facilitam a criação de “bolhas” nas redes sociais e uma vez inseridas nessas bolhas, as informações que chegam ali são aquelas que atendem às expectativas ideológicas e pessoais de quem as forma. Desta maneira, dificilmente uma pessoa que tem um mínimo de esclarecimento sobre o assunto chegará a uma *fake news* de que mamadeiras com bicos em formato de órgão genital são distribuídas em escolas, por exemplo⁷⁰. Os *social bots*, que são algoritmos automatizados,

69 Este texto foi escrito com referências e fontes do projeto de dissertação junto ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre o impacto das *fake news* relacionadas às questões de gênero no trabalho das professoras e professores de História. A pesquisa também integra o projeto “Internet como campo de disputas pela igualdade de gênero”, coordenado pela Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

70 <https://www.aosfatos.org/noticias/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/> Referência as notícias que envolveram o candidato Fernando Haddad (PT), nas eleições de 2018, como o “criador do Kit Gay para crianças”. Esta informação foi amplamente divulgada pelas redes sociais em um vídeo que um homem mostra um objeto semelhante a uma mamadeira e diz que ela foi distribuída na creche, para seu filho, para combater a homofobia.

trabalham na distribuição de *fake news*, segundo Amaral e Santos (2019, p. 77) “... são utilizados na manipulação direta de utilizadores. Estão programados para publicarem conteúdos e interagirem com outros utilizadores, estabelecendo ligações sociais”. Diante disso, devemos ter clareza que as *fake news* não se limitam apenas à disseminação de mentiras em momentos decisivos da política institucional, por exemplo, mas utilizam robôs para replicar essa ideia e “pressionam com centenas de milhares de postagens buscando massacrar opiniões adversas” (MARCONDES FILHO, 2019, p. 19-20).

Apesar do termo *fake news* ser novo nos debates acadêmicos, principalmente em análises de processos democráticos, a prática não é tão nova assim. Entretanto, a internet facilitou ainda mais a disseminação dessas desinformações. No Brasil, durante as eleições presidenciais de 2018 a prática foi amplamente popularizada e muitas das *fake news* produzidas e disparadas nesse período continuam presentes no imaginário de boa parte dos brasileiros e ainda circulam em redes sociais.

Ao trabalhar sobre o assunto *fake news*, deve-se ponderar que o termo é relativamente novo (mesmo que sua prática não seja) e encontra-se imerso nas discussões da chamada “pós-verdade”. Ao trabalhar com o conceito de pós-verdade, D’Ancona (2018) apoia-se na definição do dicionário Oxford, no qual a pós-verdade, escolhida como palavra do ano de 2016, é definida como “circunstância em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (p. 20). Dentro da lógica da pós-verdade o que importa é a divulgação das informações (ou desinformações) e como ela é feita, visto que o seu conteúdo aparece sempre de forma apelativa, onde “o que importa não é a veracidade, mas o impacto” (D’ANCONA, 2018, p. 25).

Em uma pesquisa realizada pelo aplicativo DFNDR Security, quase 65% das 35 mil pessoas entrevistadas afirmaram ter recebido algum conteúdo falso em suas redes sociais como WhatsApp ou Facebook Messenger. Ainda segundo os dados apresentados pela mesma pesquisa, o grande número de pessoas que recebe essas falsas informações se dá pelo “tom alarmante ou sensacionalista e o fato de solicitar compartilhamento” (PECSON, 2018), reforçando que a emoção é o grande motor da repercussão das *fake news*.

Somado a isso temos, segundo a análise de Kozinets (2014, p. 10) que

Em 2009 o número de usuários de internet ao redor do mundo ultrapassou 1,5 bilhão, o que corresponde a 22% da população mundial. Além disso, esses usuários não estão consumindo conteúdo de forma passiva, como muitos estavam em 1996, eles estavam se comunicando ativamente uns com os outros.

Essa comunicação ativa permanece com as facilidades de compartilhamento que as redes sociais oferecem. Uma vez disponibilizada a desinformação, quem a recebeu rapidamente quer disseminá-la sem antes checar sua fonte ou refletir sobre ela, traço fundamental que as *fake news* causam em sinônimo de sensibilização. O objetivo das *fake news* é mexer diretamente com o emocional das pessoas e não levá-las a uma reflexão crítica sobre a informação que recebeu.

Ao realizar um estudo sobre o tema, Marcondes Filho (2019, p. 20) explica que as *fake news* têm uma atuação em dois planos que são básicos. Analisando o primeiro plano temos o: “bombardeio a médio prazo, constante e intermitente, através de blocos monolíticos de pensamento (os estereótipos), de fácil absorção e nenhuma reflexão”.

As *fake news* tomaram forças nas últimas décadas, principalmente durante as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. O candidato da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro, utilizou-se desse recurso durante toda a sua campanha. O candidato fez toda a sua caminhada política até o poder pautada no ódio a minorias e desqualificando o fazer docente, as *fake news* foram suas grandes aliadas. Várias pessoas, instituições e partidos políticos foram atingidos por essas informações fraudulentas, principalmente os partidos da esquerda e suas principais lideranças.

Neste momento em que as *fake news* tiveram grande alcance, verificamos que um dos estereótipos que foram explorados é a “defesa da família”, e que, segundo as principais *fake news* veiculadas, ela estava ameaçada por candidatos da esquerda e principalmente, nas escolas, a partir da ideologia de gênero. O segundo plano básico de atuação das *fake news*, ainda segundo Marcondes Filho (2019, p. 20), caracteriza-se na “ação pontual em momentos decisivos por meio do massacre volumoso de postagens no Facebook, Twitters, WhatsApp de um grande círculo de pessoas”, chave fundamental para a difusão tão rápida da desinformação.

O discurso conservador sempre foi muito forte dentro da política brasileira e em 2018 esse debate foi ainda mais intenso. Para os candidatos conservadores era necessário “reconstruir a família”, mas antes disso era necessário apontar o inimigo dela, no caso, a “esquerda”. É muito claro aqui que esta família seria a família patriarcal, cisheteronormativa, pois para estes grupos os principais inimigos dessa família seriam o feminismo e os direitos das pessoas LGBTQIA+.

Uma vez naturalizada, essa lógica é replicada pelo setor conservador que, atrelado à facilidade que a internet proporciona, chega de forma muito rápida àqueles que acreditam nessa narrativa e, uma vez receptores, acabam replicando essas informações movidos pela emoção que lhe causam:

A lógica das *fake news* é antiga: destruir reputações, fomentar o ódio, provocar celeuma, obter vantagens com o prejuízo alheio, gerar confusão, obter prazer com a propagação daquilo que atrapalha o discernimento, etc. Novidade é a tecnologia de produção, montagem e disseminação do falso. Quando todos podem ser emissores e difusores de dados, não há mais limite para a circulação do inverídico. Nunca foi tão fácil e rápido mentir para todos. A notícia falsa disputa com a verdadeira a atenção dos públicos. A sua vantagem é a liberdade que se dá para usar técnicas jornalísticas atreladas ao sensacionalismo para mexer com as emoções, mais especificamente as paixões dos indivíduos (SILVA, 2019, p. 43).

A utilização da família em seu modelo cisheteronormativo constituiu-se como base para ataques da ala conservadora do congresso, principalmente pela bancada evangélica. Tudo que possa questionar as bases patriarcais que sustentam a sociedade é visto como uma ameaça.

Esses questionamentos e análises geralmente acontecem a partir de uma educação crítica nas escolas, apoiados nas propostas pedagógicas presentes na BNCC e nos currículos de bases estaduais, o que foi alvo de críticas pelo setor conservador e encontrou forças nas discussões presentes no *site* Escola Sem Partido. Imagens, vídeos e textos circularam em páginas de blogs e redes sociais com conteúdos falsos e apelativos. Grande parte desse conteúdo visava colocar a sociedade contra os professores e professoras, criando a ideia de que eles estavam doutrinando os estudantes a serem “esquerdistas”.

Outro foco dessa “doutrinação” que se espalhou pelas *fake news*, partia da ideia da “ideologia de gênero”. Segundo essa falácia, estudantes eram induzidos a tornarem-se homossexuais e as crianças aprendiam sobre sexo na escola, recebendo inclusive material para isso, mais conhecido

como “kit gay”. Para endossar essa fala, as desinformações circulavam sobre os currículos escolares, os materiais didáticos e a formação de professores e professoras ainda na universidade. Os ataques também aconteciam diretamente aos docentes.⁷¹

A noção de “ideologia de gênero” não possui nenhuma validade científica, entretanto grupos conservadores da sociedade e produtores e disseminadores de *fake news*, utilizam o termo para causar pânico moral. (Richard MISKOLCI, Maximiliano CAMPANA, 2017) Assuntos atrelados à ideologia de gênero circulam sempre com a justificativa de destruir a família. As desinformações circularam de forma muito rápida devido às imagens e textos apelativos e de fácil entendimento. A partir disso, professores e professoras começaram a ter seu trabalho questionado.

Outro fator que contribuiu para essa confusão generalizada foi o Movimento Escola Sem Partido, idealizado em 2004 (ALGEBAILLE, 2017), mas que cresceu dando coro ao discurso contra a ideologia de gênero nas escolas. O *site* do movimento foi como um “ponto de encontro” de pessoas indignadas, perseguindo e ameaçando o trabalho docente. Segundo Manhas (2016, p. 17-18) a relação entre Escola Sem Partido e a “ideologia de gênero” concentra-se nos “fundamentalismos conservadores que tentam passar às pessoas suas ideologias e crenças”. O *site* em questão foi idealizado pelo procurador Miguel Nagib em 2004 e permaneceu disponível até a primeira metade do ano de 2023 no endereço <http://www.escolasempartido.org/>⁷². Apesar do *site* não ser tão movimentado nos últimos anos, no momento de sua fundação e em relação ao apoio que recebeu, teve força para apresentar-se como uma proposta da extrema direita contra a suposta “doutrinação ideológica” promovida pela esquerda nas escolas públicas e privadas do Brasil. O *site* do movimento ainda contava com anteprojetos que poderiam ser facilmente acessados e editados para serem implementados em câmaras de todo o Brasil.

O movimento Escola Sem Partido foi um dos grandes protagonistas na criação de uma confusão generalizada em relação à categoria teórica de “gênero”, transformando-a em uma pretensa ideologia sem a problematização que o tema suscita (MANHAS, 2016).

Ao analisar o fenômeno conservador no Brasil atrelado ao Escola Sem Partido, Sepulveda e Sepulveda (2020, p. 97) reiteram que:

Movimentos conservadores como “Escola sem Partido” (Mesp) e as teorias conservadoras baseadas no combate à tal “ideologia de gênero” vêm promovendo uma série de ataques ao campo educacional, seja por meio de projetos de leis nas diferentes câmaras legislativas ou através do pânico moral, produzindo um imaginário que compreende o gênero como alienígena, algo que estaria fora da escola e assim deveria permanecer.

O “pânico moral” citado acima deve ser considerado em relação aos estragos que pode proporcionar. Por mais que diversas *fake news* já tenham sido amplamente desmentidas, suas consequências permanecem, afinal, segundo Silva (2019, p. 43) “As falsas informações acabam sendo refutadas. O efeito que provocam, porém, é dificilmente desconstruído”.

O *site* do movimento contava com críticas à escola pública e a formação de professores e professoras em universidades públicas do país. Ao realizar a leitura dos textos que compunham o *site* era facilmente identificado o teor agressivo com que faziam suas “denúncias”. Os textos do site

71 Especialmente sobre esta temática, ver: MENIN, 2023.

72 Acesso em maio de 2022.

criticavam tudo aquilo que consideravam “de esquerda” em todas as disciplinas escolares. Essas críticas são replicadas em relação aos documentos oficiais sobre o ensino no Brasil e nos estados, como a Base Nacional Comum Curricular e os Planos Curriculares, e aos materiais didáticos presentes nas escolas.

Fernando Penna (2017, p. 35) analisa que apesar de o fato do site trazer colocações e debates absurdos e infundados legalmente, a ideia se espalhou com muita força pelas redes sociais, visto que “utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional”. O autor ainda identifica a utilização do termo “ideologia de gênero” pelo site como “ideologia antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família” (2017, p. 45).

Ao realizar uma busca no site Escola Sem Partido das palavras-chave “ideologia de gênero”, nove páginas de artigos e depoimentos foram filtradas. A maioria dos títulos filtrados nessa busca apresentam teor sensacionalista, sempre falando no imperativo ou com um ar de denúncia, como, por exemplo: “Flagrante de doutrinação ideológica em livro didático”⁷³, “Escola sem limites: o papel das universidades na crise da autoridade docente”⁷⁴ e “Por que o pensamento pedagógico de Paulo Freire leva à doutrinação ideológica, política e partidária”⁷⁵ e “Lavagem cerebral com ideologia de gênero em escola particular em Brasília”⁷⁶. Estes são alguns exemplos das notícias sensacionalistas, que induzem a/o leitora/a acreditar que existe uma “imposição da ideologia de gênero” nas escolas.

Sodré (2019, p. 102) faz uma análise sobre a forma como as notícias se colocam que auxiliam na compreensão do seu formato:

Novidade e emoção represada são dois componentes afetivos de sua estrutura, que ajudam a explicar o seu funcionamento. A novidade mobiliza inicialmente a atenção do interlocutor, suscitando uma espécie de alerta. A emoção represada, em que atuam fortemente resquícios de imaginário coletivo, leva à aceitação acrítica do fato embutido na novidade e epidemicamente acelerado pela velocidade circulatória das redes. O efeito é análogo ao da contaminação viral. E havendo gratificação afetiva ou autossatisfação narcísica, desaparece a antinomia entre verdade e mentira.

Para despertar essa emoção, palavras como “lavagem cerebral”, “estupro”, “doutrinação”, “crime”, “tragédia”, “flagrante”, “satanismo”, “pedofilia”, “totalitarismo” são evocadas nos títulos.

Para tentar fundamentar a “legitimidade constitucional” do site, segundo o próprio administrador no texto “Fundamentos Constitucionais e legais do Escola sem Partido”⁷⁷, foi publicado um texto, apresentando um parágrafo como se fosse um artigo da constituição federal. Segundo o autor, na constituição consta que “o Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento

73 <http://www.escolasempartido.org/blog/flagrante-de-doutrinao-ideologica/>, 2012. Acesso em setembro de 2023.

74 <http://www.escolasempartido.org/blog/escola-sem-limites-o-papel-das-universidades-na-crise-da-autoridade-docente/>, 2014. Acesso em setembro de 2023.

75 <http://www.escolasempartido.org/blog/por-que-o-pensamento-pedagogico-de-paulo-freire-leva-a-doutrinao-ideologica-politica-e-partidaria/>, 2019. Acesso em setembro de 2023.

76 <http://www.escolasempartido.org/blog/lavagem-cerebral-com-ideologia-de-genero-em-escola-particular-de-brasilia/>, 2020. Acesso em setembro de 2023.

77 Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/fundamentos-constitucionais-e-legais-do-escola-sem-partido/>>. Acesso em setembro de 2023.

sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. Todavia, ressalta-se que este artigo não existe na constituição. Foi apresentado como parte da legislação, mas não faz parte da constituição. Ao trazer o suposto artigo da constituição, o autor do texto deixa implícito que a luta do movimento é contra quem age fora daquilo que ele coloca como “lei já em vigor”.

O texto “Lavagem cerebral com ideologia de gênero em escola particular de Brasília”⁷⁸, mencionado anteriormente, assinado por Roberta Simão, traz o que parece ser um depoimento de aluno com uma foto do livro didático. Na foto é possível observar o título do texto “Chico usa vestido: Carol cria o filho sem imposições de gênero”. As informações do relato falam brevemente que os alunos são obrigados a aceitar as imposições das atividades sobre gênero. Simão, que aparece como autora do texto e assina outros textos do site, não apresenta nenhum tipo de análise ou crítica sobre o assunto. Em sua conta no Twitter (@robertasimaocc) há apenas 32 seguidores e sua última postagem foi em janeiro de 2022 (Imagem). Entretanto, entre os últimos *tweets* têm *retweets* de figuras da extrema direita como Rodrigo Constantino, Alexandre Garcia, Bia Kicis entre outros. Dentre suas postagens estão presentes críticas ao STF, denúncias de “crisofobia” e repostagens do Twitter do Escola Sem Partido, inclusive pedindo que as aulas sejam gravadas.



Imagem 1: Twitter Roberta Simão

Fonte: <https://twitter.com/robertasimaocc/status/1287524348480430081>

Ao analisar o texto “A ideologia de gênero no banco dos réus”⁷⁹, escrita pelo fundador do site, Miguel Nagib em setembro de 2015, pode-se perceber vários elementos da narrativa das *fake news*. Nagib inicia seu texto falando sobre o 2º Seminário Internacional Desfazendo Gênero, promovido pela Universidade Federal da Bahia. Em suas palavras, “O público-alvo, quase sempre, é formado de professores da educação básica; e o objetivo – que está sendo plenamente alcançado –, não podia ser mais claro: martelar esses assuntos nas cabeças dos professores para que eles os martelem nas cabeças dos alunos”. Nesta informação já se percebem os equívocos que poderiam ser facilmente desconstruídos: ao realizar uma pesquisa no próprio site do evento no link “Apresentação” encontram-se as informações de como o evento foi idealizado e a quem se destina: “espaço de interlocução entre as pessoas que trabalham com os estudos *queer*, em sua interface com os estudos das subalternidades

78 Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/lavagem-cerebral-com-ideologia-de-genero-em-escola-particular-de-brasilia/>>. Acesso em setembro de 2023.

79 Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/blog/a-ideologia-de-genero-no-banco-dos-reus/>>. Acesso em setembro de 2023.

e pós-colonialidades”⁸⁰, e não professores da educação básica como mencionado por Nagib. Entretanto, como já discutido por Silva (2019, p. 44) pode-se identificar que “A verdade exige tempo de apuração, de verificação e de ponderação. A falsificação ocupa os espaços vazios, acelerando sempre mais o seu fluxo. Nessa perspectiva, a tecnologia deu ao falso o seu maior trunfo: a velocidade de difusão”. Neste caso, Nagib utiliza-se de seu site e das facilidades de difusão das desinformações dali para realizar uma manipulação que é aceita por sua bolha.

O tom de ameaça aos professores e professoras é visivelmente presente nas palavras de Nagib, que termina o texto com as seguintes palavras: “O professor é pessoalmente responsável pelos danos que causar no exercício das suas funções. Por isso, é melhor ficar esperto e pensar duas vezes antes de seguir as recomendações do MEC. Na dúvida, vale consultar um advogado”. Frases como esta fomentam o ódio aos professores e professoras que se amparam em bases legais para trabalhar com as questões de gênero em sala de aula, comprometendo o seu trabalho que fica sob ataque e constante vigília por alguns estudantes e seus responsáveis.

Um caso a ser destacado, também presente no site do Escola Sem Partido como relato de um estudante, apresenta-se com o título “Não aguento mais receber trabalhos cujo objetivo é f*der com a mentalidade dos alunos”. O texto é assinado por Nagib e traz as palavras do estudante que realiza a denúncia:

Gostaria de expor algumas coisas que estão acontecendo em minha “escola”, mais precisamente no Google Classroom que é o meio em que nós estamos tendo aula no momento. Sou aluno do 1º ano do ensino médio da Escola Ernesto Dornelles, em Porto Alegre-RS. Minha professora de Sociologia/Ensino Religioso está mandando tarefas à distância pelo site Classroom, assim como todos os outros professores.

Acontece que ela está mandando muitos trabalhos relacionados com Ideologia de Gênero/Machismo/Igualdade e tudo aquilo que uma professora de esquerda mandaria para doutrinar e alienar seus alunos.

Gostaria de saber se tem como fazer alguma coisa, porque eu não aguento mais receber trabalhos cujo objetivo é foder com a mentalidade dos alunos (desculpe a palavra, mas é que isso está me estressando mesmo).

O estudante não tem sua identidade revelada, entretanto, ao enviar imagens das atividades que critica, o e-mail da professora está presente. Dentre as atividades que o estudante compartilha tentando “fazer alguma coisa”, percebe-se o uso de textos e interpretações dos mesmos em relação às questões de gênero, assuntos que fazem referência a uma das competências específicas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Ensino Médio segundo a Base Nacional Comum Curricular: “Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos”. A BNCC ainda traz uma reflexão acerca dessa competência:

O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais, etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Para a realização desse exercício, é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito presente em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional (BRASIL, 2018, p. 564).

80 <http://www.desfazendogenero.ufba.br/> Acesso em: maio de 2022.

Entre as atividades propostas pela professora, ela aborda as questões de sexo biológico, patriarado, orientação sexual, entre outros assuntos relacionados à categoria gênero e propõe reflexões. Não há por parte do aluno ou de Nagib nenhuma análise em relação às atividades que possam comprovar o seu teor de “doutrinação”. É visível perceber mais uma vez como a narrativa das *fake news* se faz presente: existe um ódio que já vem sendo alimentado em relação ao tema, entretanto não há uma explicação para tal. Ou seja, o estudante coloca-se de uma forma extremamente negativa em relação ao estudo do tema, mas não argumenta o motivo para isso.

A ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, é citada no site e tem um vídeo de um de seus discursos vinculado ao texto. No vídeo⁸¹ importado do YouTube, Damares fala em uma igreja evangélica sobre a educação no Brasil. O foco dela é “proteger as crianças” do que acontece na escola e logo no início do vídeo, aos 10’56” ela menciona que a ex-prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, teria gasto 2 milhões de reais com o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS) para “ensinar professores das creches sobre ereção e masturbação em bebês”. Ela fala ainda no vídeo que “a prática de masturbar bebês na Holanda” seria comum, sendo iniciada nos meninos aos 7 meses e material para ensinar os pais a fazê-lo. Alves também apresenta várias imagens de cartilhas que, segundo ela, seriam distribuídas nas escolas públicas do Brasil para ensinar crianças desde os dois anos como fazer sexo. O texto da página em que o vídeo está inserido faz o apelo de que “Vale a pena assistir e divulgar entre seus familiares e amigos”.

O texto “Escola sem limites: o papel das universidades: a crise da autoridade docente” foi escrito a partir da palestra do sociólogo e jornalista José Maria e Silva no 1º Congresso Nacional sobre Doutrinação Política e Ideológica nas Escolas, em julho de 2014. Segundo ele:

Hoje, quando a universidade brasileira tornou-se obcecada por essa estranha mistura de Paulo Freire com Michel Foucault, a esquerda já não quer saber de reivindicar para o proletariado o acesso à alta cultura – o que esses marxistas pós-modernos querem é simplesmente destruir a cultura, transformando a escola numa terra devoluta, onde esperam cultivar o homem novo, fazendo das crianças verdadeiras cobaias de seus experimentos revolucionários. A guerra selvagem contra o sexo biológico, travada pelos corrosivos estudos de gênero, é um exemplo cabal dessa transformação das crianças em cobaias dos engenheiros sociais. (SILVA, 2014)

Como de costume, a página utiliza discursos que lhes agradam, sem nenhum tipo de fonte ou embasamento sobre o que é dito, afinal o que conta aqui é a convicção e não a racionalidade (D’ANCONA, 2018). Para o pânico moral surtir maiores efeitos, as questões de gênero são levantadas e atreladas às crianças. O mesmo autor também assina o texto “Plano Nacional de Educação irá aprofundar doutrinação no ensino”⁸². O texto inicia com uma contextualização:

Durante uma audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, realizada em 22 de outubro do ano passado, o economista e professor Cláudio de Moura Castro, ao término de sua palestra, resolveu apresentar uma proposta ao Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020). Professor visitante de renomadas universidades estrangeiras, PhD. em Economia pela Vanderbilt University, nos Estados Unidos, e conceituado pesquisador da educação, com vários livros publicados, Moura Castro, com um ligeiro sorriso no rosto, anunciou: “Já que todo mundo botou um negócio no plano, um artiguinho, eu também quero propor um artiguinho no plano: um bônus para as

81 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BKWc0sU0vVM&t=1804s>

82 Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/blog/plano-nacional-de-educacao-ira-aprofundar-doutracao-no-ensino/>

caboclinhas de Pernambuco e do Ceará conseguirem se casar com os engenheiros estrangeiros, porque aí eles ficam [no País], e aumenta o capital humano no Brasil, aumenta a nossa oferta de engenheiros”. (SILVA, 2014)

Ao citar a frase extremamente preconceituosa e machista do professor Cláudio de Moura Castro, o autor do texto, José Maria e Silva, fala da repercussão negativa da fala, alvo de manifestações de repúdio por mais de 50 entidades. Entretanto, logo em seguida minimiza as suas palavras em:

O humor pode não ser o forte do professor Cláudio de Moura Castro e sua declaração revela certo mau gosto. Como carioca, ele poderia propor o bônus para as calipégias passistas das escolas de samba que se expõem muito mais ao olhar estrangeiro do que as caboclinhas do sertão nordestino, poupando Pernambuco e Ceará de uma referência gratuita. Mas é um exagero considerar uma mera frase infeliz como discriminatória, preconceituosa e machista, até ameaçando o professor com processo judicial, sobretudo quando se conhece o contexto em que foi formulada. (SILVA, 2014)

A partir dessa primeira análise, pode-se perceber que a “ideologia de gênero” que apavora os leitores em vários textos do site não passa de uma falácia. Ao tratar de forma branda o que foi dito por Cláudio de Moura Castro, Silva demonstra que a grande preocupação com a inocência das crianças é apenas uma desculpa para disseminar o pânico moral, afinal, mais importante do que é dito, a caça às bruxas realizada pelo movimento é por quem professa aquilo que chamam de ideologia de gênero, ou seja, as professoras e professores. O texto continua com uma análise do Plano Nacional de Educação e críticas ao mesmo. O foco aqui recai sobre a crítica em relação às questões de gênero propostas no plano:

Outro ponto polêmico do plano é a questão de gênero, que já constava do projeto original do Executivo, mas de forma menos radical, falando apenas em “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”. Na Câmara, acrescentou-se a esse texto a discriminação racial. Como se não bastasse a incitação à guerra de raças, os deputados tornaram o texto mais prolixo, acrescentando novas diretrizes ao plano, entre elas a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Percebem a brutal diferença? Não se trata mais de combater a possível discriminação de um aluno homossexual, mas de promover a “igualdade de gênero”, o que significa igualar ao sexo biológico as mais variadas fantasias de desajustados sexuais, perseguindo o que os ideólogos chamam pejorativamente de “heteronormatividade”, isto é, o sexo papai-e-mãe, que deve ser discriminado na escola em nome das relações homem-com-homem, mulher-com-mulher, trans-com-todos, etc.

Para se ter uma ideia da importância que a maioria petista da Câmara dá à questão, essa diretriz é a terceira, logo depois da “erradicação do analfabetismo” (primeira) e da “universalização do atendimento escolar” (segunda) e à frente de “melhoria da qualidade da educação” (quarta) e “formação para o trabalho e a cidadania” (quinta). O Senado bem que tentou corrigir essa insanidade e, onde a Câmara falava em preconceito de gênero e raça, os senadores falam em “políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito”. Já no trecho em que a Câmara falava em “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, o Senado, agindo com bom senso, sintetizou: “com ênfase na promoção da cidadania”. Agora que o Plano Nacional de Educação voltou à Câmara, o relator do substitutivo oriundo do Senado, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), já recomendou, em seu relatório, que o texto aprovado na Câmara seja restabelecido, com a ênfase na questão de gênero – para gáudio das minorias de estimação do PT e desespero da bancada evangélica, talvez o único setor da sociedade a perceber, até agora, o grande perigo da ditadura gay. (SILVA, 2014)

É evidente a interpretação equivocada e maliciosa realizada pelo autor ao trazer esse ponto, deixando de lado todas as questões que envolvem a importância em trabalhar as questões de gênero em sala de aula. Ao invés disso, como estratégia de assustar quem é leigo no assunto e lê o texto, o autor incita as pessoas a esperar por uma “ditadura gay”. Outro ponto duramente criticado concentra-se no fato do texto remeter-se aos gêneros masculino e feminino ao mencionar os sujeitos a quem se refere:

O preciosismo ideológico da maioria petista na Câmara é tanto que o projeto do Executivo foi reescrito na novílingua orwelliana: sempre que apareciam expressões como “os estudantes”, “os alunos”, “os profissionais da educação”, foram acrescentadas as partículas “os/as”, tornando o texto ilegível: “os(as) estudantes”, “os(as) alunos(as)”; “os(as) profissionais de educação”. O Senado, primando pela boa técnica legislativa e pelo bom senso antropológico, suprimiu todos esses penduricalhos feministas do texto, para indignação do deputado Ângelo Vanhoni (foto), que, em seu relatório, já recomendou a recomposição da vulgata feminista da Câmara. Caso o Plano Nacional de Educação seja aprovado, em definitivo, com essa redação sexista (isso mesmo: sexista), a nação brasileira corre o risco de ter sua língua sequestrada pelos ideólogos de esquerda. Não tardam e hão de querer revisar o texto da própria Constituição para adicionar-lhe esses penduricalhos de mau gosto. (SILVA, 2014)

Percebe-se o incômodo do autor ao mencionar o assunto e chamar de “redação sexista” as menções a ambos os sexos no texto. Ele continua sua crítica infundada ao uso do “X” ao invés da identificação do gênero masculino ou feminino, algo que não é mencionado no Plano Nacional de Educação. Ele ainda reitera que o uso do “X” seja mais para “agradar o sexo cambiante dos gays do que para valorizar, de fato, as mulheres”, demonstrando sua completa ignorância em relação às questões de identidade de gênero e orientação sexual.

Ao propor uma “solução” para o assunto, Silva desenvolve um raciocínio machista e elitista:

Uma opção seria variar o gênero da palavra principal. Mas como decidir os critérios para essa escolha? Contabilizando quantos homens e mulheres há na categoria mencionada e optando pelo gênero que fosse a maioria? Ainda assim, o suposto machismo não iria desaparecer – apenas mudaria de lugar, transferindo-se da língua para a sociologia. As funções e profissões socialmente valorizadas, nas quais os homens são a grande maioria, continuariam sendo escritas primeiramente no masculino: neurocirurgião(ã), engenheiro(a), ministro(a), juiz(a); enquanto para as mulheres sobriariam: “doméstica(o)”, “enfermeira(o)”, “educadora(or)”. Isso mostra que a língua é complexa demais para caber na lógica mecanicista da luta de classes ou no ressentimento maniqueísta das minorias de estimação. (SILVA, 2014)

Silva finaliza seu texto falando da linguagem neutra, abrindo margem a interpretação de que o Plano Nacional de Educação traz propostas neste sentido. Estratégia amplamente utilizada pela narrativa das *fake news* em causar confusão no entendimento e induzindo os leitores ao erro na interpretação do documento que sequer é citado na íntegra ou apresenta link para seu acesso.

Ao querer neutralizar as palavras de suas eventuais cargas negativas, a esquerda revela seu espírito totalitário, pois uma língua que não soubesse exprimir desigualdade, preconceito e ódio não seria uma linguagem humana e mataria seus falantes de angústia. A propósito, os ideólogos que não acreditam nas determinações sociais do sexo biológico e acham que tudo é construção de gênero saberiam me dizer se o masculino de “babá” é “babão”? Como se vê, um Plano Nacional de Educação que, no país do analfabetismo funcional, negligência o mérito, incita a escola contra a família e, em vez de estimular a leitura, polícia as palavras, transformando a língua num instrumento de opressão ideológica, nada

tem a ver com ensino – é apenas uma doutrinação totalitária que tenta fazer da escola uma incubadora de subversões. (SILVA, 2014)

O tom do parágrafo final é mais agressivo e incisivo que o adotado no início, levando o leitor a sentir desprezo por aquilo que ele mesmo determinou que seja o Plano Nacional de Educação. As informações presentes no texto são facilmente desconstruídas ao realizar a leitura do documento, entretanto, ao invés de realizar a leitura, a informação vai sendo divulgada por aqueles que desejam que aquilo seja verdade.

Entre os textos analisados é visível a estrutura da desinformação que propagam. A internet traz a facilidade no compartilhamento e bombardeia informações falsas o tempo todo. Ciavatta (2017, p. 9) analisa o fenômeno como “inverdades reproduzidas, curtidas, compartilhadas nas redes sociais. O critério de verdade é abandonado em favor de rumores e opiniões que ajudam na difusão de inverdades e na organização das forças sociais com base em suposições”. Para barrar esse tipo de desinformação, muitas agências de checagem⁸³ trabalham nesse sentido. Essas agências estão disponíveis também nas redes sociais como Instagram e Twitter.

Mas, de maneira geral, até a checagem a notícia já viralizou e as *fake news* se espalharam. Especialmente sobre as questões de gênero, sabemos o quanto a desinformação contribui com um ambiente polarizado. O caráter ideológico das notícias implica no engajamento das pessoas e no pânico moral. Nos últimos anos, com a ascensão de uma direita mais conservadora, encontrando espaço fértil especialmente no estado de Santa Catarina, percebemos o aumento de um movimento antigênero. Aliás, muitas vezes, um movimento antigênero como sinônimo de antipetismo. Se há uma perseguição ao gênero no Brasil, em Santa Catarina, teve espaço em diferentes lugares, como escolas públicas e privadas, igrejas, câmaras municipais e na Assembleia Legislativa. Segundo Assis Felipe Menin, “O movimento ‘Escola Sem Partido’ ganha destaque, mas significativo com projetos de leis e com discursos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e nas câmaras de vereadores após as eleições de Jair Bolsonaro” (2023, p. 164). O antigênero nas escolas, os discursos sobre ideologia de gênero disseminados a partir de *fake news*, replicando muitas vezes notícias semelhantes às publicadas no site do Escola Sem Partido, “[...] se espraia pelo interior de Santa Catarina, com principal ataque ao gênero nos Planos Municipais e posteriormente na BNCC [...]”. (MENIN, 2023, P. 188).

Para finalizar, gostaríamos de registrar os limites de analisar a ascensão e a estrutura das *fake news*, sobre o tema gênero, mais precisamente com notícias que envolvem a chamada “ideologia de gênero”, amplamente disseminadas nas redes sociais e pelo site Escola Sem Partido. Falamos de limites, pois os discursos afloram pelas redes e capturamos um pouco... Cada vez mais a internet ganha espaço na vida das pessoas, as *fake news* proliferam, bem como, nosso desejo que possamos ser mais rápidas no sentido de compreender como as notícias nas redes e se espraíam... Kozinets defende que “[...] existem oportunidades emergentes quase ilimitadas para estudar a crescente variedade de culturas e comunidades eletrônicas [...]” (2014, p. 163). Aceitar o desafio de investigar estas problemáticas por meio das redes sociais na internet é uma interessante maneira de perspectivar os temas de pesquisa contemporâneos que atravessam nossa sociedade.

83 Agência Lupa: <https://lupa.uol.com.br/>
Aos Fatos: <https://www.aosfatos.org/>

Referências

- ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- AMARAL, Inês; SANTOS, Sofia José. Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Ensino Médio*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018.
- _____. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- D’ANCONA, Matthew. *Pós-verdade*. Trad. SZLAK, Carlos. 1 ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- KOZINETS, Robert V. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Trad. BUENO, Daniel. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “Escola Sem Partido”. In: AÇÃO Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Apresentação - Fake News: o buraco é muito mais embaixo. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- MENIN, Assis Felipe. *Do global ao local, a onda conservadora sai do “armário”? O debate sobre gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina*. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725–748, set. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.
- PECSON, Thaysi. Brasileiros acessaram fake news 4,8 milhões de vezes entre julho e setembro de 2018. *PSafe Blog*. 2018. Disponível em: <<https://www.psafe.com/blog/fake-news-no-brasil/>>. Acesso em 11 jun. 2020.
- PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antônio. Laicidade do Estado e da educação: valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. *Revista Retratos da Escola*, v. 14, n. 28, jan/abr. 2020.
- SILVA, Juremir Machado da. Fake News, a novidade das velhas falsificações. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- SODRÉ, Muniz. O facto falso: do factóide às fake news. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Silvio (Org). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.